



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ

CONCURSO PÚBLICO 2025

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ

ESPECIALISTA LEGISLATIVO - NÍVEL IV **MEDICINA**

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA
TIPO 1 (BRANCA)



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas e uma folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: o Texto a seguir se refere às seis próximas questões.

Iniciativas que estão transformando a Educação no Rio

Atualmente, diversas iniciativas estão transformando a educação no Rio de Janeiro, proporcionando novas abordagens que impactam positivamente alunos e professores. Programas inovadores estão sendo implementados para criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo.

Uso de Tecnologia Educacional

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva. Isso não só facilita o acesso ao conhecimento, como também estimula a autonomia.

Projetos Sociais e Comunitários

Iniciativas sociais, como projetos que envolvem a comunidade local, têm mostrado resultados promissores. Programas de reforço escolar, atividades extracurriculares e parcerias com ONGs ajudam a complementar a educação formal e oferecem suporte adicional aos estudantes.

Formação Continuada de Professores

A formação continuada de professores é outra peça fundamental nesta transformação. A capacitação em novas metodologias e tecnologias de ensino prepara os educadores para lidar com os desafios atuais, oferecendo auxílio para que eles possam explorar todo o potencial de seus alunos.

Essas iniciativas, quando unidas, criam um ecossistema mais forte para a educação no Rio, contribuindo para uma aprendizagem mais rica e efetiva. A comunidade escolar ganha muito com a implementação de ações que promovem a inclusão e a inovação.

O futuro da educação no Rio de Janeiro

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis, espera-se que mais alunos sejam motivados e alcançados. A colaboração entre todos os agentes envolvidos é crucial para alcançar resultados positivos.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, 2025.

1

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o principal objetivo do Texto.

- (A) Dar uma visão positiva da educação no Rio de Janeiro, destacando medidas tomadas para sua melhoria.
- (B) Informar o público em geral sobre a situação educacional do Estado.
- (C) Mostrar a preocupação do governo do Estado em adaptar as escolas a mudanças tecnológicas importantes.
- (D) Criticar o atual estado da conjuntura educacional, mostrando graves problemas.
- (E) Difundir mudanças educacionais positivas, para que o exemplo possa espalhar-se pelo país.

2

Leia o trecho a seguir.

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva.

O emprego de novas tecnologias na Educação pretende, fundamentalmente,

- (A) mostrar a competência das autoridades educacionais do Estado em áreas da modernidade.
- (B) aumentar a participação efetiva dos alunos nos processos educacionais utilizados.
- (C) fazer com que a educação brasileira se equipare às mais adiantadas do mundo.
- (D) desenvolver processos mentais de maior rapidez e eficiência no ensino.
- (E) aplicar métodos pedagógicos modernos, só passíveis de utilização com a computação.

3

Analise o fragmento a seguir.

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Entre as modificações propostas no fragmento acima para a área da educação no Estado do Rio de Janeiro, só **não** é citada

- (A) a participação da comunidade na vida escolar.
- (B) a aplicação de novos meios tecnológicos.
- (C) a inclusão de todos os educandos no processo.
- (D) a necessidade de melhores condições de trabalho.
- (E) a adoção de medidas criativas.

4

Analise o segmento a seguir.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Depreende-se desse segmento que

- (A) a prosperidade econômica depende exclusivamente da renovação do processo educacional.
- (B) a educação pública deve ser priorizada sobre a privada.
- (C) a educação é ferramenta indispensável para a construção de um futuro econômica e politicamente positivo.
- (D) as mudanças significativas ocorrem com a mudança educacional, apesar das interrupções políticas.
- (E) os processos educacionais devem priorizar a área econômica, pois dela depende todo o restante.

5

O texto fala de plataformas *online*, utilizando-se de um estrangeirismo de uso corrente.

As frases a seguir mostram palavras ou expressões de origem latina (*latinismos*), frequentes em nossa língua escrita culta.

Assinale a opção que mostra a frase em que o *latinismo* empregado tem seu equivalente em língua portuguesa corretamente indicado.

- (A) A carta trazia um *post scriptum* que mencionava a exigência. / informação oculta.
- (B) A transferência *ad hoc* do funcionário havia sido feita. / para outro posto.
- (C) *Ex abrupto* todas essas coisas ocorreram. / De repente.
- (D) Dois dias depois acharam um *modus vivendi*. / meio de sobreviver.
- (E) Surpreendido em pleno delito, ouviu a frase *Tu quoque, Brute* em tom de comédia. / Que coisa feia!

6

O texto traz a frase:

“À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis...”, em que ocorre o uso correto de pronomes pessoais oblíquos.

Assinale a opção em que a colocação do pronome pessoal oblíquo também está gramaticalmente correta.

- (A) “Deveria existir uma pitada de diletantismo na crítica, pois o diletante é um entusiasta que ainda não acomodou-se e não está preso aos hábitos.”
- (B) “Não pode chamar-se realmente de língua o idioma que não possui escritor.”
- (C) “Se enganam aqueles que querem combater o uso com a gramática.”
- (D) “Ai dos feitores de traduções literárias que, ao traduzirem cada palavra, enfraquecem o sentido! Este é bem o caso em que não pode se dizer que a letra mata e o espírito vivifica.”
- (E) “Podes conhecer o espírito de qualquer pessoa, se observares como ela comporta-se ao receber elogios.”

7

Assinale a opção que apresenta a frase em que há *erro ortográfico* em um dos termos sublinhados.

- (A) *Bom dia*, companheiros, retribuiu o diretor ao *bom-dia* dos funcionários presentes.
- (B) José era *bem-educado*, ao contrário do irmão, que não havia sido *bem educado* pelos pais.
- (C) Na *segunda-feira* que visitaram, disseram-lhes que na próxima *segunda-feira* haverá mais barracas.
- (D) O anfitrião queria o *bem-estar* de todos e por isso mesmo queria o *bem-estar* dos convidados.
- (E) O meu filho vive no mundo do *faz-de-conta* e às vezes a babá *faz de conta* que é mãe dele.

8

Entre as frases a seguir, assinale aquela em que a preposição *a* tem valor semântico de *finalidade*.

- (A) “Pode ir *a* São Paulo, a Pernambuco ou ainda mais longe.” (*Dom Casmurro*)
- (B) “Alguma vez desceu *a* jantar, com os olhos vermelhos e a fronte pesarosa.” (*Helena*)
- (C) “Também Capitu, em solteira, fora tratá-la *à* Rua dos Inválidos.” (*Dom Casmurro*)
- (D) “Tio Cosme acomodava as carnes, e a besta partia *a* trote.” (*Dom Casmurro*)
- (E) “Era lido, posto que de atropelo, o bastante para divertir ao serão e *à* sobremesa.” (*Dom Casmurro*)

9

Assinale a opção que apresenta a frase que *não* mostra desvio gramatical, com referência à norma culta.

- (A) “É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (B) “Eram tantos os castelos que meu pai engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados...” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (C) “— Procura pelo senhor? — Parece que procura, respondeu Raimundo tapando o riso com a mão; mas eu tranquei ele no quarto, para não fugir.” (*Quincas Borba*)
- (D) “Meses depois fui para o seminário de São José. Se eu pudesse contar as lágrimas que chorei na véspera e na manhã, somaria mais que todas as vertidas desde Adão e Eva.” (*Dom Casmurro*)
- (E) “Aquela intimidade de vizinhos tinha de acabar nisto, que é verdadeiramente uma bênção do céu, porque ela é um anjo, é um anjíssimo...” (*Dom Casmurro*)

10

Nas frases a seguir há um termo precedido de artigo definido.

Assinale a frase em que a função desse artigo está *incorretamente* identificada.

- (A) “Esta ideia, rútila e grande, - trajada ao bizarro, como diria o padre Bernardes, - esta ideia começou uma vertigem de cabriolas e eu deixei-me estar com os olhos nela...” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Antes de nomes próprios personativos, implica a noção de intimidade, afetividade, conhecimento.
- (B) “Todo aquele reviver das coisas parecia estar pedindo uma igual aurora nas almas. Estas é que deveriam falar ali a sua língua delas, amorosa e cândida.” (*A Mão e a Luva*) / Antes de pronome adjetivo possessivo mostra função identificadora, realçando a ideia de posse.
- (C) “-Bem, agora é tarde, amanhã levo-lhe os dez contos.” (*Quincas Borba*) / Mostra valor demonstrativo.
- (D) “Para dizer tudo, devo confessar que o coração me batia um pouco.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Mostra valor possessivo.
- (E) “E ela percorria toda a conversação, e não achava nada que explicasse a frieza dele.” (*Quincas Borba*) / Mostra valor equivalente ao artigo indefinido.

Noções de Informática

11

Um servidor da Alerj precisa organizar diversos relatórios na pasta "Documentos". Ele deseja mover um arquivo específico de uma subpasta para outra utilizando o *mouse*, mas sem que o arquivo original permaneça no local de origem.

Considerando o funcionamento padrão do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, assinale a opção que indica a ação executada pelo sistema ao arrastar um arquivo de uma pasta para outra dentro da mesma unidade de disco.

- (A) Copiar o arquivo.
- (B) Criar um atalho.
- (C) Mover o arquivo.
- (D) Compactar o arquivo.
- (E) Excluir o arquivo original.

12

Uma lista contendo 500 nomes de servidores encontra-se disposta de forma aleatória. O setor de Recursos Humanos precisa organizá-la em ordem alfabética crescente (de A a Z).

Assinale a opção que indica, no MS-Excel, o recurso usado para organizar dados com base em critérios alfabéticos ou numéricos.

- (A) Filtro.
- (B) Classificar.
- (C) Congelar Painéis.
- (D) Tabela Dinâmica.
- (E) Validação de Dados.

13

Um servidor está preparando uma apresentação para uma audiência pública e deseja que, ao passar do *slide* 1 para o *slide* 2, surja um efeito do tipo "Empurrão".

Assinale a opção que indica, no MS-PowerPoint, o efeito que é aplicado ao movimento que ocorre durante a mudança entre um *slide* e outro.

- (A) Animação.
- (B) Transição.
- (C) *Design*.
- (D) *Layout*.
- (E) Botão de Ação.

14

Durante uma pesquisa no Google Chrome, um usuário fechou acidentalmente uma aba que continha informações importantes.

Assinale a opção que apresenta o atalho de teclado que permite reabrir a última aba que foi fechada no navegador.

- (A) Ctrl + T
- (B) Ctrl + N
- (C) Ctrl + Shift + T
- (D) Ctrl + Shift + N
- (E) Alt + F4

15

Durante a redação de um texto, um funcionário usou o comando `Ctrl + C` em três frases diferentes, em momentos distintos. Ele deseja acessar o histórico para escolher qual das frases colar agora.

Assinale a opção que apresenta a combinação de teclas que deve ser usada no Windows 10 para abrir a interface do Histórico da Área de Transferência.

- (A) Ctrl + V
- (B) Alt + Tab
- (C) Windows + V
- (D) Windows + H
- (E) Shift + Insert

16

Um servidor criou uma tabela no Word para listar deputados e suas respectivas comissões. Ele precisa que a primeira linha da tabela, ou seja, o cabeçalho da tabela, apareça automaticamente no topo de cada nova página, caso a tabela se estenda por várias folhas.

Assinale a opção nas "Propriedades da Tabela" ou na guia "*Layout*" que permite realizar essa ação.

- (A) Dividir Tabela.
- (B) Classificar.
- (C) Repetir Linhas de Cabeçalho.
- (D) Converter em Texto.
- (E) Ajuste Automático.

17

Um analista precisa verificar se o gasto de um gabinete ultrapassou o teto de R\$ 30.000,00. O valor gasto está na célula A10. Se ultrapassar, a planilha deve exibir "ALERTA", caso contrário, "OK".

Assinale a opção que mostra a fórmula, quando aplicada no MS-Excel, que executa corretamente essa tarefa.

- (A) =SOMA(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (B) =SE(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (C) =PROCV(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (D) =CONT.SE(A10>30000; "ALERTA")
- (E) =MÁXIMO(A10; 30000)

18

Na planilha de controle de estoque da Alerj, a célula B2 contém o preço unitário e a célula C2, a quantidade. Na célula D2, o usuário inseriu a fórmula = $\$B2 * C\2 .

Se o usuário arrastar a alça de preenchimento da célula D2 para a célula E3, a fórmula, nessa nova célula, será

- (A) = $\$B3 * D\2
- (B) = $\$B2 * C\2
- (C) = $\$B3 * C\2
- (D) = $\$C2 * D\2
- (E) = $B3 * C3$

19

Um servidor precisa enviar um conjunto de 50 fotos de alta resolução por *e-mail*, mas o servidor de correio limita o tamanho do anexo a 20 MB.

Assinale a opção que indica a técnica mais adequada para contornar essa limitação de tamanho, preservando a organização.

- (A) Alterar a extensão das fotos para .doc.
- (B) Enviar 50 *e-mails* separados.
- (C) Compactar as fotos em um único arquivo (ex.: .zip ou .rar).
- (D) Inserir as fotos no corpo do texto como imagem.
- (E) Excluir o campo "Assunto" para liberar espaço.

20

Um usuário deseja acessar as configurações do sistema para verificar as atualizações do *Windows Update*.

Assinale a opção que indica, corretamente, o atalho de teclado que abre diretamente a janela de Configurações do Windows 10.

- (A) Windows + E
- (B) Windows + I
- (C) Windows + L
- (D) Windows + R
- (E) Windows + P

Noções de Direito Administrativo

21

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Henrique, servidor público no Município *Alfa*, praticou, dolosamente, três diferentes condutas caracterizadoras de improbidade administrativa, quais sejam:

- i) em 2022, o agente descumpriu as normas relativas à fiscalização de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;
- ii) em 2023, Henrique praticou, no âmbito da Administração Pública e com recursos do erário, ato de publicidade, em contrariedade aos mandamentos constitucionais, promovendo inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos de órgãos públicos;
- iii) em 2024, o servidor frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio direto.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- (A) Henrique cometeu, em 2022, ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.
- (B) Henrique, em 2022, cometeu ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- (C) Henrique, em 2022 e em 2023, cometeu atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, no ano de 2024, foi praticado ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
- (D) Henrique praticou, nos três casos, atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- (E) Henrique, nos três episódios, praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.

22

Com o objetivo de implementar as promessas realizadas durante o processo eleitoral, José, recém empossado no cargo de Prefeito do Município *Alfa*, no Estado do Rio de Janeiro, solicitou um parecer à sua equipe jurídica sobre a aplicabilidade, ou não, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analisando

- i) a alienação e a concessão de direito real de uso de bens;
- ii) a compra por encomenda; e
- iii) a contratação de tecnologia da informação e de comunicação.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a referida legislação se aplica

- (A) à compra por encomenda, bem como à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.
- (B) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, mas não à compra por encomenda, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (C) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, bem como à compra por encomenda e à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (D) à compra por encomenda, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (E) à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à compra por encomenda, tampouco à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.

23

Renan, maior e capaz, que se encontra com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei, tomou conhecimento de que o Estado *Alfa* editou ato administrativo lesivo ao patrimônio histórico e cultural do referido ente federativo.

Irresignado com a situação apresentada, Renan pretende ingressar, em Juízo, com uma ação popular, para questionar a medida adotada pelo Poder Público.

Sobre esse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a referida demanda não tem a finalidade de questionar a edição de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
- (B) Ele poderá ajuizar uma ação popular, ficando isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- (C) Ele poderá ajuizar uma ação popular, desde que o Ministério Público não o faça no prazo constitucionalmente estipulado.
- (D) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a competência, para tanto, é do Ministério Público.
- (E) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que está com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei.

24

Considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que a sede da Alerj é um bem público de

- (A) uso comum do povo, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) uso especial, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (C) dominical, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (D) uso comum do povo, inexistindo restrição à sua alienação.
- (E) uso especial, inexistindo restrição à sua alienação.

25

José, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, encontra-se em situação de inadimplência junto à concessionária *Alfa*, que presta o serviço público de fornecimento de energia elétrica na municipalidade. Apesar de já ter sido formalmente notificado, José não quitou as suas dívidas.

Em assim sendo, a concessionária suspenderá a prestação do serviço público, em observância às formalidades legais. Registre-se que haverá feriado nacional na quinta-feira da semana em que a interrupção do serviço será efetivada.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar que a suspensão da prestação do serviço público poderá se iniciar na(o)

- (A) quarta-feira.
- (B) quinta-feira.
- (C) sexta-feira.
- (D) terça-feira.
- (E) sábado.

26

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Especialista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, de forma dolosa, no exercício da função, praticou ato ilícito que causou danos materiais à cidadã Maria, que buscara atendimento junto à mencionada Casa Legislativa. Maria, então, ajuizou ação indenizatória e obteve, por meio de sentença judicial transitada em julgado, vinte mil reais, que foram pagos pelo Estado *Alfa*.

Em seguida, o Estado *Alfa*, pela sua Procuradoria-Geral, ajuizou ação regressiva em face de João, pretendendo o ressarcimento pelos vinte mil reais que teve que pagar a Maria.

No caso em tela, João

- (A) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas o Estado *Alfa* pode ser obrigado a promover o pagamento, sem direito de regresso.
- (B) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas a Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* pode ser obrigada a promover o ressarcimento, a título de direito de regresso.
- (C) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que independe da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
- (D) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil subjetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
- (E) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.

27

Lucas, servidor público federal, tomou conhecimento de que a tomada de determinada decisão administrativa exige a participação de cinco diferentes setores da Administração Pública. Registre-se que se está diante de relevante matéria em discussão, relacionada ao poder sancionador, e que há discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

- (A) Essa decisão administrativa poderá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão e por força da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
- (B) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
- (C) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, já que o referido instituto não tem previsão legal.
- (D) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, por expressa vedação legal.
- (E) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão.

28

O Prefeito do Município *Beta*, em manifestação publicada nos mais variados meios locais de comunicação, afirmou que trabalhou arduamente para a instituição da fundação *Alfa*, que passou a integrar a Administração Indireta do referido ente federativo.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autorização para instituir a fundação *Alfa* ocorrerá por meio de

- (A) lei complementar, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- (B) lei específica, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- (C) lei complementar, cabendo a uma lei ordinária definir as áreas de sua atuação.
- (D) lei específica, cabendo a uma lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (E) decreto, cabendo a uma lei específica definir as áreas de sua atuação.

29

Carolina, servidora pública no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), participou de um curso de capacitação que versava sobre os princípios da legalidade e da impessoalidade aplicáveis à Administração Pública.

Sobre esses princípios, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da *legalidade* está previsto, expressamente, no texto constitucional, enquanto o princípio da *impessoalidade* não está abarcado, expressa ou implicitamente, pelas normas constitucionais.
- (B) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade*, mesmo não tendo previsão constitucional expressa, estão implicitamente abarcados pelas normas constitucionais.
- (C) O princípio da *impessoalidade*, muito embora não tenha previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
- (D) O princípio da *legalidade*, muito embora não possua previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
- (E) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade* estão previstos, expressamente, no texto constitucional.

30

João, servidor público no Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que, no dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: i) fornecimento de bens; ii) locações; iii) prestação de serviços; e iv) realização de obras.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ordem cronológica de pagamento poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.
- II. A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamento ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
- III. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Constitucional

31

João tinha alguns problemas em sua vida pessoal e, após consultar um profissional com capacidade postulatória, foi-lhe informado que, em razão da diversidade desses problemas, deveria utilizar as ações constitucionais de *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* e mandado de injunção. Embora não fosse economicamente hipossuficiente, preocupado com os custos envolvidos, questionou o profissional em relação à gratuidade, ou não, dessas ações.

Foi corretamente informado a João que a Constituição da República assegura a gratuidade

- (A) de todas as ações.
- (B) apenas do *habeas corpus*.
- (C) apenas do *habeas corpus* e do *habeas data*.
- (D) apenas do mandado de injunção e do mandado de segurança.
- (E) apenas do *habeas corpus*, do mandado de injunção e do mandado de segurança.

32

O Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA) identificou uma irregularidade em contrato administrativo celebrado pela Secretaria Estadual de Educação, que tem como objetivo a aquisição de material escolar. A irregularidade consistia na existência de superfaturamento de parte dos preços.

Nessa situação, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o TCEA deve

- (A) sustar o contrato administrativo.
- (B) rescindir o contrato administrativo.
- (C) pedir autorização à Assembleia Legislativa para sustar o contrato administrativo.
- (D) comunicar à Assembleia Legislativa, que poderá sustar o contrato administrativo.
- (E) determinar a redução dos preços ao valor de mercado, não sendo possível que o TCEA ou a Assembleia Legislativa suste o contrato administrativo.

33

Joana, servidora pública estadual, deseja concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais a serem realizadas no ano subsequente, mas tinha dúvidas em relação à necessidade, ou não, de se afastar do serviço estadual após a investitura, bem como em relação à sua remuneração.

Após analisar a sistemática vigente, Joana concluiu corretamente que, caso seja eleita para o cargo de

- (A) vereadora, deve ser afastada do cargo público estadual, mas continuará a receber a respectiva remuneração.
- (B) prefeita, deve receber tanto a remuneração afeta a esse cargo como a concernente ao cargo público estadual.
- (C) vereadora ou prefeita, deve ser afastada do cargo público estadual, não podendo receber a remuneração afeta a esse último.
- (D) vereadora ou prefeita, pode continuar no cargo público estadual, recebendo a respectiva remuneração, se houver compatibilidade de horários.
- (E) prefeita, pode optar pela remuneração do cargo público estadual, e se for eleita vereadora terá igual direito se não houver compatibilidade de horários.

34

Determinado projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno (RI) da Alerj, que

- (A) as duas comissões devem se limitar a emitir pareceres, que sempre serão submetidos à deliberação do Plenário.
- (B) as duas comissões devem discutir e votar projeto de lei que, na forma do RI, dispensar a deliberação do Plenário, salvo recurso de um décimo dos membros da Alerj.
- (C) os projetos de lei sempre serão apreciados em caráter terminativo por ambas as comissões, salvo se a submissão ao Plenário for determinada no despacho inicial da Mesa.
- (D) a deliberação da CCJ tem caráter terminativo, enquanto a manifestação da CDC pode ser submetida à deliberação do Plenário, se houver recurso de um décimo dos membros da Alerj.
- (E) as duas deliberações das duas comissões terão caráter terminativo, não sendo submetidas ao Plenário, salvo se for realizado acordo de lideranças, em momento anterior, definindo essa submissão.

35

Em determinada legislatura, foi instituída uma comissão temporária no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), visando à apuração de fato determinado.

No curso dos debates inaugurais, foi discutido entre os integrantes da comissão a possibilidade de convocação do Governador do Estado para comparecer em uma audiência e ser ouvido.

Na situação descrita, é correto afirmar em relação à convocação cogitada que

- (A) é possível, mas a convocação deve ser previamente aprovada pelo Plenário da Alerj.
- (B) é possível apenas se a comissão for uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (C) é vedada, pois comissões da Alerj não podem convocar autoridades do Poder Executivo.
- (D) não é prevista na Constituição da República a possibilidade de convocação do Chefe do Poder Executivo.
- (E) é possível, mas é necessário assegurar ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de marcar dia e horário para comparecer.

36

Foi identificado, no âmbito do Estado *Alfa*, o surgimento de diversas sociedades empresárias com objeto social na área de tecnologia, o que suscitou debates, no âmbito da Assembleia Legislativa, em relação à possibilidade de ser editada uma lei disciplinando os contratos a serem celebrados entre as referidas sociedades.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que a matéria é de competência legislativa

- (A) privativa da União.
- (B) residual do Estado *Alfa*.
- (C) supletiva do Estado *Alfa*.
- (D) plena dos entes federativos.
- (E) comum entre os entes federativos.

37

Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, a equipe econômica da União propôs a exclusão integral das despesas com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs), tanto do limite individualizado de despesas do Poder Executivo quanto da meta de resultado primário, alegando a necessidade de preservar espaço fiscal para investimentos públicos e continuidade de políticas sociais.

Parlamentares, por sua vez, questionaram se essa proposta estaria compatível com o texto constitucional vigente, especialmente após as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 102/2019, nº 109/2021, nº 135/2024 e nº 136/2025, que reforçaram o dever de execução orçamentária, a disciplina fiscal e a integração entre planejamento, orçamento e metas fiscais.

À luz do Art. 165 da Constituição Federal, em sua redação atualizada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite de despesas e da meta de resultado primário pode ser realizada de forma permanente por meio da LDO, desde que justificada pela necessidade de expansão de investimentos.
- (B) As alterações constitucionais recentes conferiram plena discricionariedade ao Poder Executivo para definir, na LDO, quais despesas obrigatórias serão computadas ou excluídas das metas fiscais.
- (C) A Constituição passou a impor o dever de execução das programações orçamentárias indistintamente a todas as despesas, inclusive às financeiras e às obrigatórias.
- (D) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite individualizado do Poder Executivo a partir de 2026 não implica, por si só, sua exclusão definitiva da apuração da meta de resultado primário, a qual deve observar regras constitucionais de incorporação gradual.
- (E) A Constituição autoriza que a LDO afaste, de maneira geral, o cômputo de precatórios e RPVs tanto do limite de despesas quanto da meta fiscal, desde que respeitado o princípio do equilíbrio orçamentário.

38

Um Estado-membro pretende criar uma sociedade de economia mista para explorar diretamente, em regime concorrencial, o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, justificando a medida como forma de melhorar a qualidade do serviço. Ao mesmo tempo, cogita-se dispensar licitação para delegar a operação do serviço a uma empresa privada “parceira” por permissão, alegando urgência e interesse público.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é livre e independe de justificativa constitucional, bastando lei autorizativa.
- (B) A criação de sociedade de economia mista para explorar atividade econômica sujeita-se a regime jurídico de direito público, com privilégios fiscais típicos da Administração Direta.
- (C) O Estado, como agente normativo e regulador, exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo tais funções determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- (D) A delegação de serviço público por concessão ou permissão prescinde de licitação quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- (E) A prestação de serviço público somente pode ocorrer diretamente pelo Poder Público, sendo vedada a delegação por concessão ou permissão.

39

Durante a apreciação das contas de determinado ente federativo, foram identificadas irregularidades relacionadas à execução de despesas sem adequada comprovação de economicidade e ao descumprimento de normas de planejamento orçamentário.

Diante disso, suscitou-se discussão sobre o alcance da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição Federal.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária limita-se à verificação da legalidade formal dos atos administrativos.
- (B) O controle externo é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas, de forma autônoma em relação ao Poder Legislativo.
- (C) A economicidade é critério autônomo e obrigatório de fiscalização, expressamente previsto no art. 70 da CF, condicionada à comprovação prévia de dano ao erário.
- (D) Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno; ao Tribunal de Contas, o controle externo; e, ao Poder Legislativo, apenas o julgamento político das contas.
- (E) A titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio dos Tribunais de Contas, os quais atuam como órgãos técnicos especializados, sem substituir a função política e institucional do Parlamento. Trata-se de um modelo que combina controle democrático e controle técnico, assegurando *accountability* na gestão dos recursos públicos.

40

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), parlamentares apresentaram emendas individuais destinadas a Municípios. Parte delas por meio de transferências especiais, sem vinculação à finalidade específica, e a outra parte por transferências com finalidade definida. No curso do processo legislativo, surgiram questionamentos sobre os limites dessas emendas, sua execução obrigatória e o papel da Comissão de Orçamento.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária podem ser aprovadas sem limite percentual da receita corrente líquida, desde que observem a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a LDO.
- (B) A execução das emendas individuais é obrigatória apenas quando destinadas a ações e serviços públicos de saúde, permanecendo discricionária nos demais casos.
- (C) As emendas individuais impositivas podem alocar recursos a Estados e Municípios por transferência especial ou por transferência com finalidade definida, observadas as vedações constitucionais quanto à destinação dos recursos.
- (D) As emendas individuais somente produzem efeitos após aprovação definitiva pelo Plenário do Congresso Nacional, não se submetendo à apreciação prévia da Comissão Mista de Orçamento.
- (E) Os recursos oriundos de transferências especiais integram a receita do ente federado beneficiário para fins de cálculo dos limites de despesa com pessoal e de endividamento.

Legislação Específica

41

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Rio de Janeiro, após regular processo administrativo, sofreu a sanção de demissão.

Irresignada com essa sanção, ingressou com ação judicial requerendo a sua anulação, em virtude da não observância das garantias do contraditório e da ampla defesa, o que foi acolhido pelo Poder Judiciário. Por essa razão, foi determinado o seu retorno ao serviço público, o que efetivamente ocorreu.

À luz da sistemática adotada pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que ocorreu

- (A) a nomeação de Maria.
- (B) a reintegração de Maria.
- (C) a readaptação de Maria.
- (D) o aproveitamento de Maria.
- (E) o reenquadramento de Maria.

42

Em determinada legislatura, diversos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) procuraram determinado Deputado Estadual, e informaram que seria conveniente que ocorresse a criação de novos cargos efetivos, de modo a ampliar a qualidade do serviço.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, o Deputado Estadual esclareceu, corretamente, aos servidores que

- (A) a Mesa Diretora pode editar decreto legislativo criando os novos cargos.
- (B) apenas a Mesa Diretora pode apresentar o projeto de resolução sobre a matéria.
- (C) qualquer Deputado Estadual pode apresentar o respectivo projeto de lei sobre a matéria.
- (D) um terço dos Deputados Estaduais pode apresentar projeto de decreto legislativo sobre a matéria.
- (E) apenas a Mesa Diretora pode propor à Assembleia a edição de decreto legislativo sobre a matéria.

43

Determinada proposição legislativa, submetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), tramita em regime de urgência, sendo encaminhada para a análise de três comissões permanentes dessa Casa Legislativa.

À luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

- (A) as comissões devem emitir parecer, em caráter conjunto, de maneira imediata.
- (B) os prazos de tramitação ordinária serão contados pela metade, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.
- (C) as comissões devem emitir parecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou diretamente em Plenário, conforme o despacho da Mesa.
- (D) a proposição deve ser imediatamente incluída na Ordem do Dia, não sendo previamente encaminhada às comissões, que devem emitir parecer oralmente.
- (E) as comissões devem emitir parecer, observado, isoladamente, o prazo de 3 (três) dias, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.

44

Após a tramitação de processo administrativo disciplinar, foi aplicada a Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Estado do Rio de Janeiro, a pena disciplinar de suspensão.

Na situação descrita, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que a

- (A) pena não excedeu 90 (noventa) dias.
- (B) conduta de Inácio não foi praticada com dolo ou má-fé.
- (C) pena não acarretará a perda das vantagens decorrentes do exercício do cargo.
- (D) conduta de Inácio não configurou falta grave, o que acarretaria a demissão.
- (E) pena pode ser convertida em multa, no percentual legal e observados os requisitos previstos.

45

Determinada proposição legislativa em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao tomar conhecimento desse encaminhamento, João, Deputado Estadual e que não integra a CCJ, decidiu verificar a possibilidade de assistir às respectivas reuniões e apresentar emenda no âmbito da comissão. Após analisar o Regimento Interno da Alerj, João concluiu, corretamente, que

- (A) não pode assistir às reuniões.
- (B) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoio de uma liderança partidária.
- (C) não pode apresentar a emenda, ainda que com o apoio de um dos membros da CCJ ou de liderança partidária.
- (D) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoio de um dos membros da CCJ, só podendo versar sobre matéria de sua competência.
- (E) pode assistir às reuniões e apresentar a emenda, mas necessita, nesse último caso, de apoio de ao menos 5 (cinco) Deputados Estaduais.

46

Maria, Deputada Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tinha dúvidas em relação à possibilidade de vir a perder o mandato ou deixar de receber o subsídio em razão da fruição de uma licença.

Após analisar a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Maria concluiu corretamente que a licença

- (A) por motivo de doença fará cessar o pagamento do subsídio caso ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.
- (B) por motivo de doença não fará cessar o pagamento do subsídio, desde que não ultrapasse 15 (quinze) dias.
- (C) para tratar de assunto de interesse particular não fará cessar o pagamento do subsídio caso não ultrapasse 30 (trinta) dias por legislatura.
- (D) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio e não pode ultrapassar 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
- (E) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio caso se estenda por lapso que supere 90 (noventa) dias por legislatura.

47

Maria, servidora de uma Secretaria do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, constatou que outro servidor não estaria exercendo com estrita moderação as prerrogativas funcionais, o que, em tese, configuraria afronta ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Por essa razão, desejava encaminhar peças para a estrutura orgânica responsável pela apuração da referida conduta.

Após consultar o decreto de regência, Maria concluiu corretamente que a apuração deve ser realizada

- (A) pela comissão central de ética, integrada por 5 (cinco) servidores nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.
- (B) pelo superior hierárquico do servidor que teria violado o dever ético, com o encaminhamento das conclusões ao Secretário de Estado.
- (C) pela comissão permanente de inquérito administrativo, que deve sugerir ao Secretário de Estado a adoção das medidas correspondentes à sua esfera de competência.
- (D) pela comissão temporária de ética, integrada por cinco servidores designados pelo Secretário de Estado, entre ocupantes de cargo de provimento efetivo, com mandato de 2 (dois) anos.
- (E) por uma comissão de ética setorial, que deve ser constituída no âmbito da Secretaria, integrada por três servidores, titulares de cargo efetivo ou emprego permanente, designados pelo respectivo dirigente.

48

Pedro, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sofreu uma pena disciplinar após regular processo administrativo em que foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa. Sete meses depois, Pedro decidiu requerer a revisão da pena disciplinar.

De acordo com a sistemática estabelecida no Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que

- (A) a revisão pode ter por base a injustiça da penalidade.
- (B) a revisão não exige que sejam aduzidos fatos ainda não conhecidos.
- (C) o falecimento de Pedro não obsta que a revisão seja requerida por terceiro.
- (D) a revisão deve ser realizada no âmbito do Poder Judiciário, não no plano administrativo.
- (E) o pedido de revisão é intempestivo, considerando o decurso de seis meses desde a aplicação da sanção.

49

Alguns anos após iniciar o exercício funcional como servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Maria desejava obter o seu desenvolvimento funcional, com a passagem para o nível seguinte, no índice imediatamente superior.

Após analisar o Plano de Carreira instituído pela Resolução Alerj nº 590/1994, Maria concluiu corretamente que

- (A) o desenvolvimento funcional pode ocorrer para área ou especialização diversa daquela em que ela se encontra.
- (B) o interstício exigido, em relação ao desenvolvimento funcional anterior, na mesma modalidade, é de 1 (um) ano.
- (C) a sua requisição para outro órgão público não obsta que concorra para essa modalidade de desenvolvimento funcional.
- (D) o tempo mínimo de exercício funcional na Alerj, para que ela concorra nessa modalidade de desenvolvimento funcional, é de 2 (dois) anos.
- (E) o processo concernente à referida modalidade de desenvolvimento funcional é realizado anualmente, no segundo semestre.

50

Diversas organizações não governamentais do norte fluminense iniciaram uma mobilização da população diretamente interessada, visando à apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição Estadual, em relação à possibilidade, ou não, de a referida proposição vir a ser apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), concluíram corretamente que

- (A) a matéria não foi disciplinada na Constituição Estadual.
- (B) o projeto deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado.
- (C) o projeto deve ser totalmente subscrito por meio de assinatura digital autenticada.
- (D) o projeto deve ser subscrito por eleitores distribuídos em, pelo menos, dez por cento dos Municípios, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.
- (E) o projeto pode ser subscrito por organizações não governamentais que congreguem, em seus quadros, não menos de um décimo por cento do eleitorado do Estado, cabendo aos eleitores ratificá-lo perante a Alerj.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

A *hipertensão portal* é uma síndrome caracterizada anatomicamente pela existência de bloqueio à circulação da veia porta e suas tributárias; funcionalmente pela pressão aumentada no sistema porta, acima de 5 mmHg, superior à pressão da veia cava inferior; e, clinicamente, por esplenomegalia, hiperesplenismo, varizes esofagianas e alterações hepáticas variáveis.

Assinale a opção que apresenta a principal causa sinusoidal de *hipertensão portal*.

- (A) hepatite aguda.
- (B) pericardite constrictiva.
- (C) esquistossomose *Mansoni*.
- (D) cirrose.
- (E) insuficiência cardíaca.

52

A obstrução intestinal aguda é responsável por cerca de 1 a 3% de todas as hospitalizações e por um quarto de todas as internações em cirurgia geral de urgência ou emergência. Cerca de 80% dos casos envolvem o intestino delgado, e em torno de um terço desses pacientes mostra evidências de isquemia significativa.

A obstrução funcional, também chamada de íleo paralytico, está presente quando o distúrbio da motilidade impede que o conteúdo intestinal progrida distalmente, mesmo sem bloqueio mecânico.

Assinale a opção que apresenta a causa mais comum de *íleo paralytico*.

- (A) Sepsis.
- (B) Pós-operatório de cirurgia abdominal.
- (C) Pseudo-obstrução (Síndrome de Ogilvie).
- (D) Anormalidades metabólicas ou eletrolíticas, principalmente hipopotassemia e hipomagnesemia.
- (E) Inflamação ou hemorragia intra-abdominal ou retroperitoneal.

53

A Dermatite Atópica (DA) é uma doença crônica não contagiosa, com componentes genéticos e ambientais contribuindo para o seu desenvolvimento. Também conhecida como eczema atópico, é uma condição inflamatória e pruriginosa da pele, que ocorre com maior frequência em crianças (início precoce), mas afeta também os adultos, os quais representam um terço de todos os casos novos da doença.

Os critérios de Hanifin e Rajka são considerados o “padrão-ouro” para o diagnóstico de DA. Com este instrumento define-se DA com 3 ou mais critérios maiores e 3 ou mais critérios menores.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, um critério maior para o diagnóstico de Dermatite Atópica (DA).

- (A) Idade precoce de início.
- (B) Conjuntivite recorrente.
- (C) Palidez facial/eritema facial.
- (D) Imunoglobulina E sérica elevada.
- (E) História pessoal ou familiar de atopia, como asma, rinite alérgica, dermatite atópica.

54

A retocolite ulcerativa é uma forma de doença inflamatória intestinal, que se caracteriza pela inflamação da mucosa do cólon e do reto. Essa condição é autoimune, onde o sistema imunológico ataca a própria mucosa intestinal, resultando em edema, erosões e múltiplas úlceras.

Sobre a retocolite ulcerativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A doença usualmente afeta o reto e também variáveis porções proximais do cólon, em geral de forma contínua, ou seja, sem áreas de mucosa normal entre as porções afetadas.
- II. As manifestações extraintestinais ocorrem entre 10% a 35% dos pacientes e podem cursar com acometimento articular, cutâneo, hepatobiliar, oftalmológico e hematológico e influenciar no metabolismo ósseo.
- III. O achado colonoscópico mais típico é o acometimento da mucosa desde a margem anal, estendendo-se proximalmente de uma forma contínua e simétrica, sem clara demarcação entre mucosas inflamada e normal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

55

Atualmente, a *doença renal crônica* (DRC) se destaca como um problema de Saúde Pública devido à sua prevalência crescente, morbimortalidade elevada e altos custos demandados para a manutenção dos pacientes renais crônicos dialíticos nas diversas modalidades de Terapia Renal Substitutiva (TRS) existentes (hemodiálise, diálise peritoneal e transplante renal).

O tratamento conservador da DRC compreende o tratamento não dialítico. Seu objetivo é a manutenção da função renal e a prevenção da progressão da doença, buscando postergar a necessidade de TRS.

Assinale a opção que indica a droga do grupo dos inibidores do cotransportador de sódio-glicose 2 (reduz a absorção de glicose do filtrado glomerular no túbulo renal proximal, com redução concomitante da reabsorção de sódio, levando à excreção urinária da glicose e diurese osmótica), usada no tratamento medicamentoso da DRC.

- (A) Furosemida.
- (B) Dapaglifozina.
- (C) Losartana.
- (D) Enalapril.
- (E) Espironolactona.

56

Paciente de 40 anos, apresenta quadro de fadiga, ganho de peso corporal, perda de cabelo, HAS diastólica, fraqueza muscular e sonolência.

Considerando as principais causas endócrinas e não endócrinas de HAS secundária, assinale a opção que apresenta os exames que indicariam o diagnóstico etiológico para o caso.

- (A) Cálculo da TFGe (a partir da medida da creatinina sérica), ultrassom renal, pesquisa de albuminúria e proteinúria.
- (B) Determinações de aldosterona e concentração de renina plasmática ou atividade plasmática de renina.
- (C) Cálcio total ou ionizável, fósforo, PTH, calciúria de 24 horas e dosagem de vitamina D.
- (D) Dosagem de IGF-1, nível sérico de GH, teste de supressão do HGH pós sobrecarga oral de glicose.
- (E) TSH e T4 livre.

57

A vigilância dos ambientes e dos processos de trabalho é uma das ações de saúde do trabalhador com vistas a identificar os fatores e as situações de risco para doenças e agravos relacionados ao trabalho, aos quais os trabalhadores podem estar expostos ao executar suas atividades laborais.

Sobre as ações de vigilância dos ambientes e processos de trabalho, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Articulação com outras vigilâncias em saúde (sanitária, epidemiológica e ambiental); demais serviços do Sistema Único de Saúde; e outros setores, como trabalho, meio ambiente, Previdência Social e áreas afins, no sentido de garantir maior e ciência das ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador.
- II. Identificação e análise das atividades laborais que apresentem risco de causarem doenças e agravos relacionados ao trabalho, como os acidentes de trabalho, incluindo os fatais e entre pessoas com idade abaixo de 21 anos.
- III. Realização de inspeções sanitárias em saúde do trabalhador de ambientes e processos de trabalho, para investigar, *in loco*, a presença de fatores e situações ocupacionais de riscos, analisar a relação das doenças e dos agravos com o trabalho e indicar medidas de promoção e de proteção da saúde dos trabalhadores em atividades com riscos associados, de forma participativa e territorializada.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

58

Assinale a opção que apresenta uma medida de proteção da saúde e prevenção de doenças e agravos relacionados ao trabalho, aplicável aos processos e ambientes de trabalho e ao trabalhador, do grupo da eliminação e controle das condições de risco para a saúde, que e em geral, combinam medidas de engenharia e medidas administrativas, buscando a proteção da saúde do trabalhador.

- (A) Educação e informação sobre as condições de risco presentes nos processos e ambientes de trabalho, implicando em mudanças de comportamento dos trabalhadores e dos empregadores, chefes e encarregados, às vezes, culturalmente arraigados.
- (B) Exames pré-admissionais para identificação de características ou fatores de risco individuais que possam potencializar as exposições ocupacionais devem ser realizados com o objetivo de exclusão e de seleção de super-homens e super mulheres.
- (C) Escalas de trabalho, que contemplem tempos menores em locais com maior exposição a condições de risco para a saúde e rotatividade de tarefas ou setores, devem ser cuidadosamente planejadas para evitar a diversidade de exposições atingindo maior número de trabalhadores.
- (D) A vigilância em saúde do trabalhador visando à detecção precoce de alterações ou agravos decorrentes da exposição a condições de risco presentes no trabalho é importante para a identificação de medidas de controle ainda não detectadas ou de falhas nas medidas adotadas.
- (E) Incremento da participação dos trabalhadores nos processos de decisão, garantindo-lhes a autonomia para organizar o trabalho, diminuindo as pressões de tempo e de produtividade, entre outras.

59

Médico do Trabalho da Alerj atende trabalhador com queixa de dor nos membros inferiores (MMII) há cerca de 6 meses, acompanhada de edema. Ao realizar exame físico, foi verificada a presença de varizes nos MMII classificada como CEAP II.

Assinale a opção que apresenta um risco profissional relacionado ao desenvolvimento de varizes nos MMII.

- (A) Exposição a derivados halogenados dos hidrocarbonetos alifáticos; e/ou monóxido de carbono em atividades de trabalho.
- (B) Cumprimento de metas, trabalho sob forte pressão, insatisfação com o trabalho ou com a remuneração, postura e equipamentos inadequados, dificuldade de acesso à hidratação e aos sanitários.
- (C) Biomecânica do trabalho com ortostatismo prolongado, e/ou aplicação de força e/ou manipulação manual de carga.
- (D) Exposição a vibração e/ou trabalho em baixas temperaturas.
- (E) Fatores psicossociais relacionados à jornada de trabalho.

60

A Vigilância em Saúde do Trabalhador contempla dois grandes eixos de ações: a vigilância epidemiológica das doenças e agravos relacionados ao trabalho e a vigilância dos ambientes e processos de trabalho, com vistas a intervir nos fatores de risco ocupacionais e eliminar ou controlar doenças e agravos relacionados ao trabalho.

Analise as atribuições a seguir como sendo da Vigilância em Saúde do Trabalhador.

- I. Realizar a vigilância das doenças e dos agravos à saúde dos trabalhadores, compreendendo a notificação, a busca ativa, a investigação, a confirmação da relação com o trabalho, o tratamento e o encerramento dos casos.
- II. Realizar a vigilância de ambientes e processos de trabalho, por meio da inspeção sanitária em saúde do trabalhador, para identificar e mapear os fatores de risco e perigos, de forma a eliminá-los ou, na impossibilidade disso, atenuá-los e controlá-los.
- III. Propor, a partir da análise de situação de saúde no território, políticas públicas e estratégias de promoção à saúde do trabalhador.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

61

A Lei nº 13.146/2015 é conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Ela garante direitos fundamentais às pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão social e cidadania em condições de igualdade.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§1º – A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e deve considerar alguns aspectos.

Sobre os aspectos a serem considerados, avalie os itens a seguir.

- I. A restrição de participação.
- II. Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- III. Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.

Está correto o que se apresenta em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

62

O Decreto nº 3.048/1999 aprovou o Regulamento da Previdência Social no Brasil e estabeleceu os princípios básicos da previdência social, incluindo os beneficiários e os tipos de benefícios, como aposentadoria, auxílio-doença, salário-família, salário maternidade, auxílio-acidente, pensão por morte, auxílio-reclusão e abono anual. Esse decreto foi fundamental para a regulamentação dos direitos e deveres relacionados à previdência social no país.

Art. 1º – A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Assinale a opção que apresenta um princípio ou diretriz que rege a Seguridade Social.

- (A) Proporcionalidade da cobertura e do atendimento.
- (B) Singularidade da base de financiamento.
- (C) Seletividade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (D) Equidade na forma de participação no custeio.
- (E) Caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão quadripartite.

63

O primeiro passo para o cálculo do nível de deficiência na avaliação biopsicossocial de deficiência pelo Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IF-BrM) consiste na avaliação das pontuações atribuídas a cada uma das 57 questões que descrevem atividades funcionais e participações segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF).

Para cada atividade é atribuído um nível de independência, baseada no modelo da Medida de Independência Funcional (MIF), com os níveis de dependência de terceiros agrupados em níveis de pontuação.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a pontuação quando o indivíduo *“realiza a atividade de forma adaptada, sendo necessário algum tipo de modificação ou realiza a atividade de forma diferente da habitual ou mais lentamente.”*

- (A) zero.
- (B) 50.
- (C) 75.
- (D) 100.
- (E) 125.

64

O Regime Geral de Previdência Social compreende prestações, que podem ser devidas tanto ao segurado, quanto ao seu dependente, inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços.

Assinale a opção que, corretamente, apresenta uma prestação que pode ser direito do dependente do segurado.

- (A) Salário-maternidade.
- (B) Auxílio-reclusão.
- (C) Salário-família.
- (D) Auxílio-acidente.
- (E) Auxílio-doença.

65

A epidemiologia é essencial para o controle e prevenção de doenças, pois fornece informações sobre fatores de risco e condições que podem contribuir para o surgimento de doenças.

Sobre os conceitos em epidemiologia, analise as afirmativas a seguir.

- I. Epidemiologia analítica estuda a distribuição das doenças ou condições relacionadas à saúde.
- II. Epidemiologia descritiva examina a existência de associação entre uma condição e a ocorrência de uma doença.
- III. A epidemiologia pode ser definida como o estudo da distribuição das doenças (e dos determinantes das doenças) em populações definidas.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

66

A Resolução CFM nº 2.323/2022 estabeleceu normas e responsabilidades específicas para os médicos que atendem trabalhadores, regulamentando a assistência, a emissão de laudos e relatórios, e o estabelecimento donexo causal com transtornos de saúde ocupacionais.

Conforme a Resolução CFM nº 2.323/2022, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedado ao médico que presta assistência ao trabalhador informar resultados dos exames no ASO.
- (B) Não cabe os médicos do trabalho e demais médicos que atendem o trabalhador, independentemente do local em que atuem promover, com a ciência do trabalhador, a discussão clínica com o especialista assistente do trabalhador sempre que julgar necessário e propor mudanças no contexto do trabalho, quando indicadas, com vistas ao melhor resultado do tratamento.
- (C) Quando requerido pelo paciente, deve o médico pôr à sua disposição ou à de seu representante legal tudo o que se refira ao seu atendimento, exceto cópia dos exames e do prontuário médico.
- (D) Os médicos do trabalho e os demais médicos que atendem os trabalhadores de empresas e instituições, que admitem trabalhadores independentemente de sua especialidade, devem dar conhecimento formalmente aos empregadores, aos trabalhadores e às comissões internas de prevenção de acidentes sobre os riscos existentes no ambiente de trabalho, informações da vigilância epidemiológica e outros informes técnicos, independente de resguardo do sigilo profissional.
- (E) O médico do trabalho, ao ser solicitado pelo médico assistente do trabalhador, deverá produzir relatório com descrição dos riscos ocupacionais e da organização do trabalho e entregá-lo ao trabalhador ou ao seu responsável legal, não cabendo medidas de confidencialidade neste ato.

67

A Vigilância em Saúde Ambiental é definida na Política Nacional de Vigilância em Saúde como o conjunto de ações e serviços que propiciam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana.

Sobre a Vigilância em Saúde Ambiental, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Tem a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou agravos à saúde.
- II. A análise do território e dos fatores socioambientais que condicionam e determinam a saúde humana deve direcionar a elaboração de políticas públicas e ações estratégicas que mitiguem a promoção, a prevenção e a assistência em saúde.
- III. A identificação e a compreensão das inter-relações entre saúde humana e meio ambiente, em um determinado território, são essenciais para o planejamento e a execução de ações de Vigilância em Saúde Ambiental.

Está correto que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, II e III.

68

A Resolução CFM nº 2.306/2022, aprovou o Código de Processo Ético Profissional (CPEP) em todo o país, regulamentando o julgamento de infrações éticas da classe médica.

Art. 1º – *A sindicância e o processo ético-profissional (PEP) nos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) e no Conselho Federal de Medicina (CFM) serão regidos por este Código de Processo Ético-Profissional (CPEP) e tramitarão em sigilo processual.*

Conforme os ditames da Resolução nº 2.306/2022, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A competência para julgar infrações éticas é do CRM em que o médico esteja inscrito ao tempo da denúncia do fato punível.
- II. O processo e julgamento das infrações às disposições previstas no Código de Ética Médica (CEM) são independentes, não estando em regra, vinculado ao processo e julgamento da questão criminal ou cível sobre os mesmos fatos.
- III. Havendo pluralidade de médicos no polo passivo do PEP, com inscrição em CRMs distintos, a competência para o julgamento de todos será fixada no CRM em que ocorreu o fato, se pelo menos um dos médicos estiver inscrito neste. A decisão final apenas será encaminhada aos demais CRMs para registro e aplicação de sanção.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

69

Um dos critérios de triagem para pacientes atendidos em pronto-socorro é o de Manchester, que envolve a classificação dos doentes por cores, a partir de atributos como a queixa trazida e os sinais vitais. Esse critério define a prioridade de atendimento e o tempo máximo de espera.

Considere uma paciente do sexo feminino, de 36 anos, com queixa de prurido cutâneo há 7 semanas secundário a urticária crônica, e que procura o pronto-atendimento por piora desse prurido há 3 dias, sem queixas respiratórias, cardiovasculares e gastrointestinais.

Sinais vitais: FC 70 bpm, FR 16 ipm, PA 110x70 mmHg, SatO₂ 96% em ar ambiente e afebril.

Assinale a opção que indica a correta classificação de risco dessa paciente.

- (A) Azul.
- (B) Verde.
- (C) Amarela.
- (D) Laranja.
- (E) Vermelha.

70

Paciente adulto jovem do sexo masculino dá entrada em pronto-socorro, trazido pelo Corpo de Bombeiros, no contexto de tentativa de autoexterminio após saltar de janela de prédio, com a altura da queda estimada em 15 metros.

Dá entrada grave, arresponsivo, com deformidade evidente em ambos os membros inferiores, sem sangramentos massivos evidentes, com a roupa do corpo, prancha rígida e colar cervical.

Sobre as roupas que o paciente está usando ao chegar na sala de trauma, considerando o ABCDE da avaliação inicial do paciente politraumatizado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não deverão ser cortadas e removidas no atendimento inicial.
- (B) Devem ser cortadas e retiradas à chegada na sala de trauma.
- (C) Devem ser cortadas e retiradas no mesmo momento da retirada do colar cervical e da prancha rígida.
- (D) Devem ser cortadas e retiradas logo após a avaliação de via aérea e imediatamente antes da avaliação do sistema respiratório, até para que possa ser avaliada adequadamente a expansibilidade torácica.
- (E) Devem ser cortadas e removidas após finalizada a avaliação de eventuais disfunções neurológicas.

71

Situações de múltiplas vítimas são especialmente desafiadoras em ambiente pré-hospitalar e hospitalar. Normalmente, os pacientes são triados em grupos verde, amarelo, vermelho e preto.

Considerando o atendimento pré-hospitalar relacionado a um eventual tiroteio em festival de música eletrônica, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Um paciente com múltiplos ferimentos por arma de fogo em tórax, arresponsivo e sem pulso será considerado como grupo preto. – Esse paciente deve ser atendido pela equipe pré-hospitalar, estabilizado e levado ao hospital o mais breve possível.
- II. Uma paciente com ferimento único por arma de fogo em abdome, sonolenta, pouco responsiva e com pulso fraco será considerada como grupo vermelho. – Essa paciente deve ser atendida pela equipe pré-hospitalar, estabilizada e levada ao hospital o mais breve possível.
- III. Um paciente com ferimento em braço direito, atingido por estilhaços de projétil, com sangramento local leve, sem outras alterações de sinais vitais, poderá ser considerado como grupo verde. – Esse paciente não é prioridade da equipe de primeiros socorros num primeiro momento.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

72

Durante um atendimento extra-hospitalar, um adulto do sexo masculino é encontrado inconsciente, sem respiração normal e sem circulação aparente.

Após chamar o serviço de emergência e iniciar compressões torácicas de alta qualidade, chegou um desfibrilador externo automático (DEA). Após posicionar os eletrodos corretamente e seguir as instruções vocais, o aparelho recomenda choque.

Assinale a opção que apresenta a conduta mais alinhada às diretrizes atuais de suporte básico de vida para adultos.

- (A) Aplicar o choque, garantir que ninguém toque a vítima e retomar imediatamente as compressões torácicas por cerca de 2 minutos, antes de nova análise do ritmo.
- (B) Aplicar o choque, checar pulso central por até 10 segundos e só depois retomar compressões se não houver pulso.
- (C) Suspender temporariamente as compressões torácicas, ventilar por 2 minutos com bolsa-válvula-máscara e então aplicar o choque.
- (D) Realizar 30 compressões, retirar os eletrodos para checar o ritmo no monitor e recolocá-los antes de aplicar o choque.
- (E) Aplicar o choque e aguardar por até 2 minutos que a vítima desperte; caso não desperte, retomar compressões.

73

Sobre a legislação brasileira e propostas legislativas referentes à obrigatoriedade da disponibilidade de desfibriladores externos automáticos (DEA) em ambientes públicos e privados, assinale a afirmativa correta.

- (A) A legislação federal já determina, de forma uniforme e em vigor, que todos os estabelecimentos com circulação diária acima de 500 pessoas possuam ao menos um DEA obrigatoriamente.
- (B) Projetos de lei em âmbito federal e normas estaduais/municipais frequentemente estabelecem a obrigatoriedade de DEA em locais públicos ou privados com grande circulação de pessoas, como *shoppings*, estádios, aeroportos e grandes academias.
- (C) A regulamentação sobre DEA é exclusiva da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que define não só os requisitos técnicos do equipamento como também, sozinha, todos os locais em que ele é obrigatório.
- (D) Não existe qualquer tipo de iniciativa legislativa, em nenhum nível federativo, tratando da obrigatoriedade de DEA em locais de grande circulação, sendo sua instalação opcional.
- (E) A obrigatoriedade de DEA é restrita aos serviços de saúde, não havendo previsão legal ou proposta específica para locais como centros comerciais ou espaços de eventos.

74

Paciente adulto em parada cardiorrespiratória encontra-se intubado e em RCP.

Está disponível capnografia quantitativa de forma de onda, que mostra EtCO₂ persistentemente em 7 mmHg após vários ciclos de compressões torácicas.

De acordo com as diretrizes do ACLS, assinale a opção que apresenta a interpretação e a conduta mais adequadas.

- (A) Tal valor de EtCO₂ é esperado durante RCP, devendo-se manter qualidade das compressões e não utilizar esse dado para qualquer decisão.
- (B) Tal valor de EtCO₂ sugere compressões torácicas excessivamente vigorosas, devendo-se reduzir a profundidade das compressões.
- (C) Um EtCO₂ tão baixo sugere baixa eficácia circulatória - otimizar imediatamente a qualidade da RCP e reconhecer o pior prognóstico se o valor permanecer < 10 mmHg após cerca de 20 minutos.
- (D) Tal valor de EtCO₂ indica retorno de circulação espontânea (RCE) iminente, e deve-se interromper as compressões para checar pulso.
- (E) O EtCO₂ não tem papel estabelecido durante RCP no ACLS, sendo útil apenas para confirmar posição do tubo orotraqueal.

75

Um deputado federal de 58 anos, com história de hipertensão e tabagismo, recebeu, em sua residência, uma equipe da Polícia Federal para cumprimento de mandado de busca e apreensão nas primeiras horas da manhã.

Durante a abordagem, ele passou a referir dor torácica intensa em aperto, irradiando para braço esquerdo, associada a sudorese fria e náuseas. O SAMU foi acionado e encontrou o paciente pálido, ansioso, PA 90x60 mmHg, FC 54 bpm, SatO₂ 93% em ar ambiente. O ECG de 12 derivações mostrou supradesnivelamento persistente de ST em DII, DIII e aVF, com infradesnivelamento espelhado em DI e aVL.

Considerando que o paciente está em uma cidade grande, com disponibilidade de diversos serviços com hemodinâmica cobertos pelo convênio legislativo, assinale a opção que indica a conduta inicial mais apropriada.

- (A) Administrar apenas ansiolítico e repetir o ECG em uma hora antes de qualquer outra decisão.
- (B) Iniciar imediatamente trombólise pré-hospitalar, independentemente do tempo de início dos sintomas ou da disponibilidade de hemodinâmica.
- (C) Confirmar o diagnóstico de IAMCSST e encaminhar o paciente o mais rápido possível para angioplastia coronariana primária, sem adiar o transporte para aguardar troponina, mantendo tratamento anti-isquêmico e antiplaquetário.
- (D) Não administrar qualquer medicação antiplaquetária até confirmar a dosagem de troponina, pois o supradesnivelamento de ST isolado não é suficiente para indicar reperfusão.
- (E) Considerar o quadro apenas como dor torácica atípica por estresse, uma vez que o gatilho emocional é evidente, e liberar o paciente após alívio da dor com nitrato sublingual.

76

Durante sessão no tribunal, um político de 62 anos, condenado por corrupção, recebeu a notícia da manutenção de sua pena em regime fechado.

Minutos depois, passou a apresentar dor torácica súbita, de forte intensidade, descrita como “rasgando” no centro do tórax, com irradiação para dorso, acompanhada de sudorese fria e mal-estar intenso.

Ao chegar ao setor de emergência do fórum, está hipertenso (maior PA de 190x110 mmHg), com assimetria de pressão entre os membros superiores, taquicárdico (FC 112bpm) e com pulsos periféricos diminuídos à direita. ECG sem alterações isquêmicas agudas significativas.

Assinale a opção que apresenta a conduta mais adequada para o tratamento inicial desse paciente.

- (A) Administrar imediatamente dupla antiagregação com AAS e clopidogrel, pois a hipótese principal é infarto agudo do miocárdio sem supra de ST.
- (B) A primeira conduta para a principal hipótese diagnóstica é controle de pressão arterial com nitroprussiato, visando a PA próxima a 120x80mmHg.
- (C) Priorizar apenas o controle da dor com opioides, sem necessidade de controle pressórico agressivo, uma vez que a hipertensão ajuda a manter a perfusão de órgãos vitais.
- (D) Liberar o paciente após alívio da dor com opioide, pois a ausência de supradesnívelamento de ST no ECG praticamente exclui causa grave.
- (E) Controlar rapidamente a dor com opioide e a frequência cardíaca com betabloqueador intravenoso; solicitar angiotomografia de aorta com urgência para confirmação diagnóstica e avaliação cirúrgica imediata.

77

Homem de 54 anos, hipertenso e em uso irregular de medicação, procura o pronto atendimento referindo cefaleia leve e certa ansiedade há duas horas, sem dor torácica, sem dispneia, sem déficit neurológico focal.

PA na admissão: 194 x 108 mmHg, sem sinais de lesão aguda de órgão-alvo ao exame físico e à avaliação inicial (ECG e exame neurológico normais). Demais sinais vitais sem alterações.

Nesse cenário, assinale a opção que indica a melhor opção terapêutica.

- (A) Hidralazina intravenosa em *bolus*, com redução rápida da PA em pelo menos 30% na primeira hora.
- (B) Nitroprussiato de sódio intravenoso em bomba de infusão, com meta de PA < 120x80 mmHg em 30 minutos.
- (C) Iniciar imediatamente diálise de urgência como forma principal de controle pressórico.
- (D) Clonidina via oral em dose de 0,1–0,2 mg, podendo repetir após reavaliação, visando à ansiólise e à redução gradual da PA nas próximas horas.
- (E) Não são necessárias quaisquer medidas para controle da PA nem para controle da cefaleia.

78

Paciente de 32 anos, previamente hígido, é trazido à emergência em crise convulsiva tônico-clônica generalizada há 7 minutos.

Sinais vitais estáveis, acesso venoso periférico já puncionado.

Após as medidas iniciais de via aérea e proteção física, a primeira conduta farmacológica mais adequada, segundo os protocolos atuais, é

- (A) administrar diazepam 10 mg IV em *bolus*, podendo repetir uma vez em 5 minutos se a crise persistir, e em seguida iniciar antiepilético de segunda linha se necessário.
- (B) iniciar imediatamente fenitoína 20 mg/kg IV sem uso prévio de benzodiazepínico, visto que a crise já dura mais de 5 minutos.
- (C) administrar apenas levetiracetam 500 mg VO, pois a via oral é suficiente na fase aguda.
- (D) aguardar fim espontâneo da crise sem medicação em até 30 minutos, pois o diazepam pode piorar ainda mais o nível neurológico do paciente.
- (E) administrar haloperidol 5 mg IV como droga de escolha para cessar a atividade convulsiva.

79

Homem de 58 anos, com histórico de hipertensão mal controlada, dá entrada em pronto-socorro.

Apresenta déficit neurológico focal súbito (hemiparesia em dimídio direito e disartria) e com cefaleia, sem rebaixamento do nível de consciência (Glasgow 15 à admissão). TC de crânio revela hematoma intraparenquimatoso em putâmen esquerdo, sem indicação imediata de neurocirurgia. PA 176 x 102 mmHg. O paciente é internado em UTI neurológica.

Considere os seguintes itens de prescrição:

1. Fenitoína.
2. Compressor pneumático intermitente.
3. Dexametasona.
4. Nitroprussiato.

Assinale a opção que indica os itens que devem ser prescritos para esse paciente.

- (A) 1 e 4, apenas.
- (B) 2 e 4, apenas.
- (C) 1, 2 e 3, apenas.
- (D) 2, 3 e 4, apenas.
- (E) 1, 2, 3 e 4.

80

Mulher de 69 anos é encontrada pela manhã com afasia e hemiplegia em dimídio direito, tendo sido vista bem pela última vez na noite anterior, há cerca de 6 horas e meia.

Ao chegar ao hospital, NIHSS = 17. TC de crânio sem sinais de hemorragia. Na RNM de encéfalo, observa-se área de restrição à difusão (DWI) em território de artéria cerebral média esquerda, com ausência de alteração correspondente em FLAIR (*mismatch* DWI–FLAIR), além de oclusão de grande vaso na angio-RM.

Em relação à estratégia de reperfusão, assinale a opção que apresenta a conduta mais adequada.

- (A) Contraindicar qualquer reperfusão, pois o tempo em que a paciente foi vista bem pela última vez é superior a 4 horas e meia – nesse caso, está indicada a prescrição de SAPT com AAS.
- (B) Contraindicar qualquer reperfusão, pois o tempo em que a paciente foi vista bem pela última vez é superior a 4 horas e meia – nesse caso, está indicada a prescrição de DAPT com AAS e clopidogrel.
- (C) Indicar apenas trombólise intravenosa com alteplase, pois trombectomia mecânica não tem benefício após 6 horas do *ictus*.
- (D) Considerar a paciente candidata a trombectomia mecânica em janela estendida (até 24 horas), guiada por *mismatch* clínico-radiológico e de perfusão.
- (E) Indicar cuidados paliativos exclusivos, visto que, com um NIHSS de 17 com 6 horas e meia de evolução, a paciente certamente ficará com alto grau de sequelas ou evoluirá a óbito.

QUESTÃO DISCURSIVA

Analise o caso a seguir.

Servidor da Alerj, 45 anos, hipertenso e diabético mal controlado, foi encontrado caído no chão em sua sala, apresentando confusão mental, queixando-se de cefaleia e perda de memória. Foi atendido pela equipe do SAMU e na avaliação inicial foi aberto protocolo de atendimento para quadro suspeito de AVC agudo.

O AVC é uma das principais causas de incapacidade e morte no mundo. O tratamento rápido é crucial para minimizar danos cerebrais e melhorar as chances de recuperação.

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) agudo é uma emergência médica caracterizada pela interrupção do fornecimento de sangue e oxigênio ao cérebro. Isso pode ocorrer devido a um AVC isquêmico, que é causado por um coágulo que bloqueia um vaso sanguíneo, ou um AVC hemorrágico, que ocorre quando um vaso sanguíneo se rompe, causando sangramento no cérebro.

Sobre Acidente Vascular Cerebral (AVC), redija um texto, considerando os itens a seguir.

- A) Na avaliação/triagem pré-hospitalar, os três itens que devem ser avaliados inicialmente no paciente com suspeita de AVC. Fundamente sua escolha.**
- B) Na avaliação hospitalar, o primeiro exame complementar para um paciente com suspeita de AVC? Justifique.**
- C) Três critérios de inclusão para o tratamento com trombólise.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

